

# A NATUREZA ENQUANTO MERCADORIA NO ESPAÇO URBANO: OS BAIRROS DO RIO COMPRIDO E DE SANTA TERESA

Autor: \\  
Orientador: Álvaro Ferreira

## Introdução

*Cada lugar, é à sua maneira, o mundo* (SANTOS, 2006, p.314)

Nota-se na cidade do Rio de Janeiro, articulada a sua especificidade física montanhosa e florestada, um uso diferenciado do solo urbano por parte dos atores que o realizam através das práticas sociais interagidas no cotidiano, culminando numa organização sócio-espacial peculiar e detentora de contradições e conflitos no bojo desse processo. A partir dos bairros do Rio Comprido e de Santa Teresa, representados na figura 1, tenta-se demonstrar o uso da natureza enquanto mercadoria no contexto urbano evolutivo da cidade, no intento de obter uma elucidação mais ampla, atualmente, sobre a forma e a concepção diferenciada entre os dois bairros, mas que apresentam ao mesmo tempo semelhanças, fazendo parte de um processo maior de seletividade espacial intrínseco a lógica de acumulação e reprodução do capital.

Figura 1 - Município do Rio de Janeiro e Localização dos bairros do Rio Comprido e Santa Teresa



Fonte: [www.cmcv.org.br/unidades\\_conservacao/grajau/index.php](http://www.cmcv.org.br/unidades_conservacao/grajau/index.php)

Desta forma, este artigo pretende analisar e demonstrar como partes limítrofe-administrativas dos bairros supracitados se configuram de forma tão distinta, no que tange à organização espacial e ao uso da natureza como recurso, imbricado ainda, ao discurso preservacionista. Entretanto, uma ressalva importante a ser feita inicialmente, é que por estarmos na fase inicial de redação, alguns pontos discutidos no texto só serão devidamente desenvolvidos a posteriori. Portanto, a idéia principal do artigo respalda-se em apresentar o tema proposto.

Posto o objetivo norteador e as considerações iniciais, torna-se necessário fazer duas observações: a primeira diz respeito ao recorte espacial adotado que não contemplará nenhum dos bairros como um todo, e sim, partes desse todo; aquelas que se encontram em contato

direto entre si, tendo como referência a própria divisão convencional político-administrativa, como é mostrado na Figura 2. O motivo deve-se à heterogeneidade espacial dos próprios bairros, que poderia ocasionar afirmações ou compreensões equivocadas e generalistas. Então, para tentar demonstrar com maior clareza a dinâmica a ser abordada mais à frente, busca-se através da articulação entre esses subespaços, definidos tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional, a compreensão para as suas próprias existências e diferenciações entre si (SANTOS, 1996, p. 257). Ainda de cunho relacional e interdependente, a segunda observação, contrariando análises dicotômicas, fragmentadas e parciais, evidencia a inseparabilidade entre o sistema de objetos e o sistema de ações, ou seja, de acordo com o artigo, entre a sociedade e a natureza, requerendo uma explicação conjunta (LATOUR, 1989. *apud* SANTOS, 1996. p. 101). Assim, ao articular processos que contemplem o social, o econômico e o político, estará envolvendo também questões ambientais, no que concerne às contradições e aos conflitos e às possíveis alternativas.

Figura 2 - Imagem de satélite da paisagem dos subespaços analisados dos bairros de Santa Teresa e Rio Comprido baseada na divisão político-administrativa.



Fonte: <http://maps.google.com/>

A natureza como recurso (matéria-prima) produtivo há tempos se constitui, no âmbito da industrialização e da urbanização, como essencial aos processos de/para transformações (re) direcionados à lógica capitalista de acumulação infinita. Logo, para produção e reprodução do capital, as condições são criadas com esse objetivo, ou seja, a cidade, vista como a materialização das relações e práticas sociais, é assim construída para se tornar eficiente à circulação, produção e consumo de fluxos e mercadorias. Enquanto o urbano conectado a determinados sentimentos, valores, emoções e imaterializações forneceria um significado, uma representação do que pode ser vivido. Assim “as relações de produção capitalistas dominam o espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano” (SANTANA, 1999, p.182). Nesta concepção, a natureza enquanto mercadoria transformar-se-ia, na medida em que faz parte da dinâmica da reprodução societal, configurando neste artigo, de acordo com nosso recorte espacial, parte da paisagem que é característica da Mata Atlântica, o que possibilita ainda uma dimensão analítica histórica de suma relevância para a compreensão.

Ao nos apoiarmos nas palavras de Mauricio de Abreu (1992) podemos compreender melhor o espaço imbricado à dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro, focalizando as atenções nos bairros em questão, e a especificidade sócio-espacial em que se constitui:

*“Dentre os elementos que formam o quadro natural carioca, o maciço da Tijuca, cadeia de montanhas que se estende por uma área de 95 km<sup>2</sup>, e que divide a cidade numa ‘zona sul’ e numa ‘zona norte’ (...) Conhecido também pelos nomes de serra da Carioca e de serra da Tijuca, esse maciço (e os alinhamentos rochosos que lhe dão prosseguimento junto ao litoral), por razão mesmo de sua localização, sempre exerceu um papel fundamental na vida da cidade, a começar pela orientação que impôs ao seu crescimento (...) Apertado entre a montanha e o mar, o Rio de Janeiro teve, nesses elementos naturais, os grandes balizadores da sua expansão. Independente do fato de que o desenvolvimento da tecnologia permitiu que estes obstáculos fossem sendo gradualmente vencidos, possibilitando que a cidade passasse a incorporar, na sua malha construída, espaços que eram outrora considerados impróprios ou impossíveis de ocupação urbana, a verdade é que, como decorrência da presença marcante do maciço da Tijuca, a cidade assumiu uma forma caracteristicamente linear” (p. 54).*

Sobre as cadeias montanhosas, o referido autor, menciona que já passaram por processos de reflorestamento, devido a exploração intensiva da monocultura do café num momento passado. Além disso, no final do século XIX, inicia-se a extração de renda do solo urbano, isto é, da realização de grandes lucros imobiliários por parte dos proprietários de terra com a possibilidade, promovido pelo desenvolvimento técnico de construção, de proliferação de loteamentos em Santa Teresa e, posteriormente nas encostas do Rio Comprido. Ambos os bairros, caracterizados por densas florestas, sofreram alterações. Talvez possa se dizer que seja o início da valorização do “verde”, da “vista”, dos aspectos naturais, como algo rentável ao diferenciar-se dos demais espaços. De um outro ponto de vista analítico, o espaço não se referencia mais apenas aos atributos que lhe são auferidos como contendo o “verde”, detentor de serviços e infra-estrutura, mas sendo ele próprio uma mercadoria, sobrepondo a dominação sobre a apropriação, o valor de troca sobre o valor de uso.

Atrelado às empresas privadas, o Estado no contexto peculiar do Rio de Janeiro, também é fundamental para a organização espacial, como por exemplo, Santa Teresa que fora organizado e estruturado para uma classe média do funcionalismo público e acontecendo o mesmo com Rio Comprido, voltado à mesma classe social. Simultaneamente, a população marginalizada crescia, o que por certo, vinculava-se às grandes obras urbanas no início do século XX, que num processo duplo, de expropriação da população pobre que vivia em cortiços e da atração de mão-de-obra para a cidade para trabalhar, sobretudo, na construção civil, acarretou na concentração desta população em favelas, também nas encostas, mas de maneira ilegal. Perpetua-se, assim, ao longo do século XX, problemas históricos da cidade no que concerne ao déficit habitacional e à necessidade de morar perto do local onde é oferecido o emprego (CAMPOS, 2004, p.24).

Após esse lacônico histórico, podemos ponderar elucidações sobre o espaço urbano percebidas nas argumentações anteriores. Primeiramente, devido aos diferentes agentes explicitados, nota-se que o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si (CORRÊA, 1989, p. 7). Ainda relativo à interdependência dialética, o espaço adquire a qualificação de condição e ao mesmo tempo de produto e meio, pois, devido a suas características geomorfológicas, a evolução da cidade sofreu influências marcantes para/na constituição, tendo a população que adaptar-se. No entanto, posteriormente, com as inovações técnicas de transporte e engenharia, a sociedade pôde transformar o espaço urbano, por meio das práticas sociais, em relação às materialidades e aos valores e significações

atribuídas a estas. Em outras palavras, o espaço revela “no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por sua vez, geravam também as condições de reprodução das relações sociais. Nesse sentido, o espaço é resultado e, ao mesmo tempo, condição da reprodução social” (GODOY, 2004, p. 31). E baseando-se em Corrêa (1992, p. 29), “por se tratar de uma espacialidade situada no bojo de uma sociedade de classes, desigual, a espacialidade implica desigualdades, refletindo e condicionando a sociedade de classes, e tendendo à reprodução das desigualdades”, consideradas pelo mesmo autor (Idem, p. 30), como perversas e funcionais: perversas porque contribuem para a reprodução de cidadãos desiguais e, funcionais, porque a desigualdade é necessária, é parte integrante de uma sociedade de classes, pois esta estaria em risco caso houvesse a extinção das desigualdades.

Considerando ainda o contexto histórico, agora nos anos de 1950 e 1960, com as argumentações até aqui colocadas, verifica-se a parcialidade do Estado ao apoiar “os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas” (ABREU, 1987, p. 15), contribuindo na configuração de concentração de investimentos e renda na Zona Sul, e conseqüentemente, havendo a necessidade da renovação da infra-estrutura física com mudanças no sistema viário para facilitar a acessibilidade ao centro da cidade (idem, p. 129) por meio de automóveis particulares, símbolos desta concentração, que cada vez mais aumentavam em quantidades e, proporcionalmente, o mesmo acontecia com os problemas urbanos, como o trânsito e a poluição. Para isso, foram realizadas obras no intento de conectar a Zona Sul com a Zona Norte. Então, atendendo a lógica da cidade de circulação, articulação e expansão, foi construído o Túnel Rebouças e, posteriormente, o elevador Paulo de Frontin, descaracterizando e refuncionalizando o bairro do Rio Comprido como um todo. Ao transformar o mesmo em local de passagem, constitui-se um marco, porque o bairro desvinculando-se de Santa Teresa, no sentido de ser um local ocupado predominantemente pela classe média, passa a sofrer a intensificação do processo de favelização. Estes processos contribuíram para a formação de uma paisagem constituída de resquícios florestais. Paisagem esta, tida como um “conjunto de formas que, que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” (SANTOS, 1996, p. 103). Dessa forma esses poucos fragmentos ainda existentes (ou melhor dizendo, até quando?) fazem parte de um sistema de objetos, de tempos diferenciados e refuncionalizados, ganhando sentido, significado, na relação dialética com os sistemas de ações interagidas no corpo social atuante ativa ou passivamente.

Possivelmente, poder-se-ia dizer que pela inserção do bairro, por meio da desvalorização atrelada à lógica da cidade, resultaria na percepção, a primeira vista, de que o valor de uso, embora ainda vinculado ao valor de troca, estaria mais evidente, exatamente porque a obtenção do valor de troca não se concretizaria de imediato sobre estes resquícios florestais, sendo “conservados” mais devido a ignorância sobre o mesmo do que pela sua utilidade intrínseca.

É nesse contexto que visualmente espaços próximos (vizinhos) se tornam tão distantes aos olhos de quem passa rapidamente ou mesmo de quem lá mora, pois o bairro de Santa Teresa, contrapondo-se ao Rio Comprido, apresenta características claramente mais conservadas, no que diz respeito à vegetação florestal, mesmo havendo a ocorrência de favelas também. Este fato apesar de óbvio, fornece evidências de que ambos espaços possuem semelhanças na organização espacial e na sua constituição, demonstrando que simultaneamente, apesar de fragmentados, são articulados numa sociedade capitalista profundamente desigual (CORRÊA,

1989, p. 8), contribuindo para a seletividade espacial ao fornecer serviços, equipamentos urbanos e infra-estrutura à poucos em detrimento de muitos.

Ao refletir sobre a produção do espaço, Godoy (2004, p. 34), apoiado em Milton Santos (1980), utiliza como essencial do entendimento sobre o tema, a idéia de rugosidades espaciais em que “o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas”. Assim observamos que Santa Teresa está inserida nestas “novas” formas, em que a natureza é vista enquanto mercadoria privilegiando o valor de troca. E no bojo deste fato, atrelado ao sentido de urbano, são construídas novas representações sociais baseadas na mercantilização de signos e imagens associadas à natureza (SPOSITO, 2004, p. 362), como oferecer aos habitantes a oportunidade de viver “no meio do verde”, de “integrar-se com a natureza”, de “fugir da cidade” (ABREU, 1992, p. 55), ou pelo menos, de se afastar dos problemas urbanos mesmo que de forma ilusória momentaneamente, pois se não vir, não presencia, logo não sabe que existe ou ignora o fato de existir algum problema.

A criação desta forma de ver a paisagem, como sendo ainda uma extensão do urbano, faz parte das estratégias de potencializar a eficiência econômica, introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural (SANCHEZ, 2001, p. 155), por parte do Estado e dos agentes imobiliários, na tentativa de vender a imagem de uma cidade bem administrada e detentora de belezas naturais. Contudo, ao tentar se inserir frente às novas demandas do capital, a cidade se homogeneiza para se heterogeneizar, ou seja, entra nos padrões de cidades européias, ditas sustentáveis, e simultaneamente, se diferencia das outras cidades que não se encaixam nestas condições, atraindo por isso, mais investimentos e turistas proveniente desse status.

Ainda por esta via de análise, a cidade como city marketing, no sentido colocado pela mesma autora, representaria uma marca, uma imagem de sustentabilidade, atribuindo valor à esta condição, daí ocorrendo um processo de fetichização da própria cidade enquanto mercadoria, uma dissimulação por fingir não ter o que tem, isto é, esconder as contradições e conflitos existentes intrínsecos à produção do espaço social; assim também simulando, ao fingir ser o que não é. O que nas palavras de Jean Baudrillard (apud HARVEY, 2004, p. 23) condiz com a ascensão da economia política dos signos e do espetáculo em oposição a economia política da reprodução da materialidade direta.

Nesta concepção, a natureza enquanto mercadoria se torna um diferencial para se ter, segundo os discursos mais recorrentes, uma qualidade de vida melhor. O espaço, ao ser percebido desta forma, as suas potencialidades exploratórias para acumulação e reprodução do capital, garante a Santa Teresa uma participação importante no que se refere à seletividade espacial numa sociedade capitalista. Se num outro momento a abundância dos “bens naturais” era um fator relevante para a obtenção de renda e mais-valia através da exploração, agora o inverso acontece, a escassez como atributo torna rentável novamente o processo contínuo de exploração, mas sob outras condições estabelecidas, já que “não só lhe é dado valor de uso como lhe é atribuído valor de troca aparentemente sem que se adicione trabalho, porque o valor que lhe é dado está em função de sua preservação” (SANTANA, 1999, p. 178).

No entanto, esta valorização do verde como bem argumenta a autora acima citada, a respeito do ecoturismo, carrega em si própria a contradição. “De um lado, deriva de um discurso ecológico apresentado como crítica à modernidade ao se opor ao mundo urbano-industrial.

Por outro, é uma prática turística inserida na lógica dos mercados.” (Idem). Ocorrendo o mesmo no contexto do espaço urbano onde a conservação não quer dizer necessariamente uma conscientização relacionada aos serviços ambientais que a natureza pode oferecer, e sim uma maneira de determinar o valor de uso e o valor de troca dos “bens naturais”, segundo o padrão de vida urbana e sob as leis do mercado, de acordo com estratégias imobiliárias (Idem. p. 183). Assim, através de estratégias de planejamento incorpora essas novas raridades à reprodução do capital, regidas pelas leis de propriedade privada, além de apropriar-se de espaços públicos à sua lógica, produtora e indutora de necessidades, como a concepção de lazer no espaço urbano, do tempo livre, atrelada às áreas verdes. O produto deste processo seria a junção da idéia de consumo do lugar com a mascarada consciência ecológica, em que, sobretudo usuários, podem usufruir principalmente aqueles que dispõem de uma elevada renda.

As materializações dessas práticas sociais desiguais e contraditórias no espaço são percebidas na figura 2 no início do artigo, caracterizado (especificadamente em Santa Teresa) por ruas estreitas, margeadas por casarões de luxo e condomínios fechados, auto-segregados, ao lado de grandes extensões de favelas, configurando, junto aos resquícios florestais, a paisagem composta de rugosidades.

Ao analisar, em termos escalares, percebe-se que a paisagem conservada de Santa Teresa, assim como no Rio Comprido, na verdade, é também um resquício florestal, em dimensões diferentes, oriundo da conexão num momento passado com o Parque Nacional da Tijuca. Entretanto, este tem sua paisagem protegida por lei estatal, enquanto que em Santa Teresa é regida pelas leis de mercado, logo, estando a mercê de “vantagens comparativas que podem apresentar-se momentâneas ou transitórias e gerar formas espaciais cujas funções serão dissolvidas na medida em que as vantagens localizacionais tornarem-se ‘rugosidades’ para a reprodução do capital” (GODOY, 2004, p. 37). Diante desta colocação, o bairro mencionado pode perder este uso da natureza enquanto mercadoria devido a gradativa diminuição do corpo florestal, do Parque e do seu entorno, proveniente da pressão exercida pela expansão urbana. Há neste processo, o surgimento de conflitos entre os diferentes agentes sociais (principalmente moradores, o capital imobiliário e o Estado), na medida em que este último alicerça a expansão (ao controlar ou ao ignorar) e aqueles tentam perpetuar, neste espaço, as coisas como estão, com imóveis valorizados e obtendo lucros. Somado a este fato, ainda temos ao mesmo tempo, a manutenção da contradição do uso de um bem natural que deveria ser disponível a todos, sendo usufruído individualmente ao ser protegido pelas leis de propriedade, reforçando as desigualdades sociais já latentes (SANTANA, 1999, p. 180).

Apesar dessa aparente encruzilhada, em que a dominação da natureza pelo capital se torna cada vez mais intensa, baseada nas relações de poder, é possível buscar uma alternativa justamente a partir da consideração do espaço de resistência, de descoberta e não só de alienação (MIRANDA, 2004); os agentes sociais, mais especificamente os moradores das favelas existentes nos dois bairros, possuem (muitos *sem saber*) um poder para controlar a degradação do ambiente ao construir uma conscientização coletiva e ecológica de respeito mútuo, pouco a pouco, de baixo para cima, (re) construindo rupturas e transformando as continuidades que edificam a lógica exploratória capitalista.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio: 1987.
- ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, M. A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O meio ambiente e a metrópole. In: ABREU, M. A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. *Revista Estudos Geográficos*, v. 2, n. 1, p. 29 – 42, jan./jun. 2004.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2003.
- MIRANDA, Ana Luisa. Cotidiano, ação e poder. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia: UFG, 2004.
- SANCHEZ, Fernanda. A (in) sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, Henri (org.) *A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (orgs.) *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Sobre o debate em torno das questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs.) *DILEMAS URBANOS: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.